



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 5/2017

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

Proponho seja o Projeto de Lei nº 5/2017, de autoria do ilustre Vereador Léo Burguês de Castro, baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, à Secretaria de Governo com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- a) É viável a implementação de centro comercial na área e formato proposto neste projeto?*
- b) É legalmente e economicamente possível realizar as intervenções urbanas destacadas no art. 2º do aludido projeto?*
- c) Levando em consideração a receita prevista para os próximos anos, seria economicamente viável a implementação deste centro comercial, se previsto no próximo PPAG?*

Concomitante, proponho que este projeto seja também baixado em diligência ao autor para que, querendo, preste os devidos esclarecimentos arrolados abaixo, uma vez que tais informações seriam de grande relevância para a melhor análise deste projeto.

- a) Qual a estimativa do impacto financeiro da obra pretendida?*
- b) Quais são as Ruas nas quais serão feitos os estacionamentos subterrâneos?*
- c) Quais serão os equipamentos públicos (prédios) utilizados na proposta?*

- d) Qual a porcentagem da isenção tributária para atividades culturais e de entretenimento e sobre qual imposto recairá a isenção?
- e) De fato, quais ruas serão destinadas ao trânsito de pedestres e para onde será desviado o trânsito de veículos?

Belo Horizonte, 07 de junho de 2017



**Vereador Wesley Autoescola**  
PHS



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

**PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 161 / 2017**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO**

### **VOTO DO RELATOR**

### **RELATÓRIO**

Vem a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 161/2017 de autoria do nobre Vereador Elvis Côrtes que “Dispõe sobre a instalação de banheiros públicos nas estações de metro em Belo Horizonte”.

Registra-se que encaminhada à Comissão de Legislação e Justiça, esta emitiu parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei.

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana manifestou-se pela aprovação do projeto em tela.

Encaminhado o Projeto em questão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário fui designado Relator para analisá-lo, após o pedido de baixa em diligência ser rejeitado, e nessa condição passo a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

A proposição ora em análise dispõe sobre a importância de disponibilizar banheiros públicos aos usuários do sistema de metrô em Belo Horizonte.

Na justificativa o nobre Vereador, autor do PL 161/2017, discorre que “diante das demandas apresentadas por diversos munícipes, o Projeto tem como objetivo preponderante, cumprir a necessidade levantada pelas pessoas que usam diariamente o meio para ir ao trabalho, escola e também diversas outras atividades, e, que quando necessário, não dispõem de um sanitário para o uso nas estações.”

A falta de banheiros públicos em Belo Horizonte é um grande problema que vem se arrastando há muitos anos. Além de acarretar problemas de ordem sanitária e de saúde à cidade de forma geral, a restrição por longos períodos pode acarretar em doenças, como os renais, às pessoas.

CMH-Dir-Rel. Legislativa-06-Jun-2017-09:25-003616-001



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

As instalações onde estão as estações do metrô podem absorver, sem problema algum de espaço físico, a construção e disponibilização dos banheiros públicos, previstos na proposição.

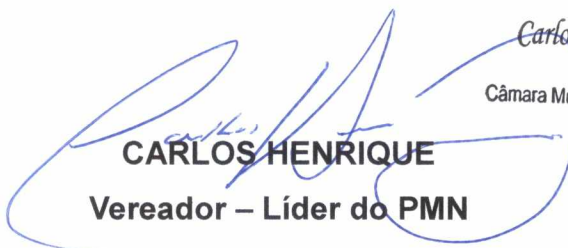
Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com fulcro no artigo 52, inciso V, alínea "d" do Regimento Interno, não vislumbro restrições e óbices quanto à disposição da matéria.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 161/2017.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2017.

  
Carlos Henrique Dias  
Vereador  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

**CARLOS HENRIQUE**  
Vereador – Líder do PMN





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 171 / 2017

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

#### VOTO DO RELATOR

#### RELATÓRIO

Vem a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 171/2017 de autoria do nobre Vereador Rfaes Martins que "Proíbe, no âmbito do Município de Belo Horizonte, início de obras de mesma natureza ainda não finalizada e a entrega de obra pública incompleta ou que, embora conclusa, não esteja em condições de atender ao fim a que se destina".

Registra-se que encaminhada à Comissão de Legislação e Justiça, esta emitiu parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei.

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana manifestou-se pela aprovação do projeto em tela.

Encaminhado o Projeto em questão à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário fui designado Relator para analisá-lo e, nessa condição passo, a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

#### FUNDAMENTAÇÃO

A proposição ora em análise objetiva proibir o início de obras públicas, de mesma natureza, ainda não finalizada, além de realizar entrega de obra pública incompleta ou que, embora conclusa, não esteja em condições de atender ao fim a que se destina seja por falta de número de profissionais, de material básico ou de equipamentos necessários.

Na justificativa o nobre Vereador, autor do PL 171/2017, discorre ainda que almeja "inibir a ação de agentes políticos que fazem uso de estratégias eleitoreiras que visam apenas à promoção pessoal, sem preocupar-se com o real atendimento das inúmeras necessidades da população."

*Carlos Henrique Dias*  
Vereador  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Lei 171-2017 - 09:24-003615-001



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

Já existe legislação semelhante a esta proposição no âmbito do Estado de Minas Gerais, Lei nº 22057 de 12 de abril de 2016, conceito largamente aprovado pela opinião pública.

O Projeto de Lei, em análise, ordenará e moralizará a utilização dos escassos recursos financeiros, evitando desperdícios nas obras públicas.

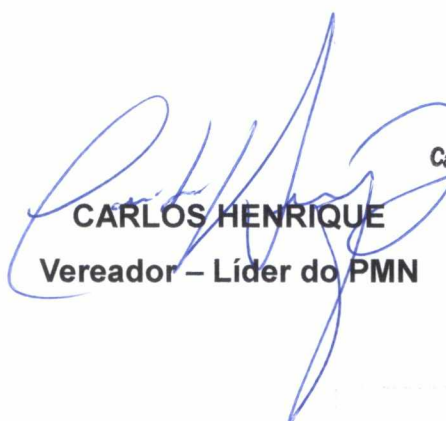
Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, com fulcro no artigo 52, inciso V, alínea "a" do Regimento Interno, não vislumbro restrições e óbices quanto à disposição da matéria.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 171/2017.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2017.

  
**CARLOS HENRIQUE**  
Vereador – Líder do PMN

*Carlos Henrique Dias*  
Vereador  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



**PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 226/2017**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,**

**TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 226/2017, de autoria do nobre Vereador Irlan Melo, que *"Dispõe sobre a proibição da prática do fumo nas áreas da estação do MOVE."* Sendo submetido ao crivo desta Comissão, conforme o art. 52, V, "d", do Regimento Interno, que trata de planejamento e gerenciamento do transporte público coletivo e individual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 226/2017 prevê que fica proibido fumar e portar acesos cachimbo, charuto, cigarilhas, cigarro e congêneres nas estações do MOVE localizadas nas avenidas da cidade ou nas estações fixas localizadas em regiões específicas da cidade. Ainda, será afixado, em local visível, cartaz que indique a proibição prevista por esta lei. Por fim, autoriza o Poder Executivo a divulgar a proibição do fumo nas estações do MOVE, seja por meio dos auto-falantes ou TV INDOOR – Digital do MOVE.

Na justificativa, o autor do projeto afirma que *"existem diversos relatos de pessoas incomodadas com a fumaça provocada pelo cigarro no espaço, que é fechado frequentado por um número grande de usuários do transporte público de Belo Horizonte."* (fl. 03, sic)

Feitas essas considerações, percebe-se que a proposição está em consonância com a legislação federal e estadual, que prevê a proibição de fumar em local fechado, bem como propõem medidas educativas para desestimular o consumo do tabaco. Destacamos a Lei Federal nº 9.294/1996 que, no art. 2º, prevê que:



Art. 2º-É proibido o uso de cigarros, cagarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.

[...]

§2º-É vedado o uso dos produtos mencionados no *caput* em aeronaves e veículos de transporte coletivo.


§3º-Considera-se recinto coletivo o local fechado, de acesso público, destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas ”

Ademais, a fiscalização para que a proibição em análise seja cumprida nas estações do MOVE se insere nas atribuições da BHTRANS, para que o serviço público seja prestado de modo eficiente e seguro ao usuário. Portanto, no tocante à competência desta Comissão, inexistem restrições ou óbices quanto à disposição da matéria, especialmente quanto à matéria planejamento e gerenciamento do transporte público coletivo e individual, incumbindo especificamente à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.

## CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 226/2017.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2017.

  
**Vereador Relator**  
**Bispo Fernando Luiz**